

A ESCOLA E OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO

Dayana Agar Costa Garcia

A realidade escolar traz aspectos importantes a serem discutidos, como por exemplo condições financeiras e oportunidades de acesso, formação do corpo docente e o próprio construto do exercício da educação nas instituições de ensino. O ensino nas escolas fundamenta-se historicamente em uma educação autoritária, sem compartilhamento de ideias. Prevalece a sobreposição de conhecimento por parte dos educadores, não considerando a realidade psicossocial e experiência de vida dos alunos. O modo de organização escolar instaura a padronização da vida de estudantes e de professores. Por meio do currículo, sua principal ferramenta, uniformizam-se os conteúdos ministrados, a sua seriação, os critérios de seu domínio, de seu ensino, de sua avaliação, etc. A padronização escolar é um mecanismo de exclusão social. Visa que todos tenham acesso aos mesmos conteúdos e aos mesmos métodos, simultaneamente, e concluam, aproximadamente, com o mesmo conhecimento.

Por esses apontamentos justifica-se a necessidade de se discutir a real política de inclusão desse sistema, em que pode ser encontrada a padronização do ensino como uma redução de oportunidades aos estudantes e também de restrição à autonomia do professor em sala de aula, sistema esse que nega as diferenças, as individualidades e desrespeita as diversidades culturais. O lugar da escola numa estrutura social é atravessado pelos mecanismos de exclusão. É importante saber o que se refere à sociedade e o que se refere à escola. Ou seja, qual é o lugar da escola numa estrutura social que desenvolve processos de exclusão?

Mundim Neto (2017) relata que professor e aluno têm suas ações controladas de acordo com o programa, e a autoridade é exercida por meio da burocracia em relação a ambos. A realidade observada mostra que não há correspondência na junção do livre pensamento entre professor e aluno, e sim a obrigatoriedade de um currículo. Além disso, pode-se aqui acrescentar que existem recursos que se baseiam nos interesses dos empresários a respeito da educação, por ser visado como um campo rentável de negócios, com a venda de livros didáticos, prestação de serviços e assessorias, dentre outras atividades.

De acordo com Silva (2003), essas práticas persistem no cotidiano das escolas das grandes e pequenas cidades. Tais condutas não se restringem apenas ao exercício dos professores, mas também às questões ligadas ao sistema educacional, formação profissional, condição política e social. Na dinâmica do aprender, o sujeito transita do estado de leigo a

conhecedor através do contato com o mundo. Ao nos depararmos com o cenário educacional brasileiro, no qual se divisa atualmente resultados decepcionantes, encontramos uma relação do sujeito com a escola que não possibilita o alcance de metas de qualidade de ensino. Para isso, é necessário pensar a escola como um espaço da vida que reflete práticas estabelecidas na sociedade como um todo.

No que se refere ao alcance de metas, se faz necessária a identificação das razões por trás da não-eficiência do ensino brasileiro em algumas etapas. Para além dessa concepção de objetivos postos, percebem-se políticas operacionais que não asseguram a aprendizagem do aluno. Poderia se justificar o não alcance dos objetivos postos argumentando que o aluno não cumpriu seu papel de educando. Seria um equívoco, pois seria depositado nele não só um montante de conteúdos disciplinares, mas também a responsabilidade de um sucesso escolar eleito por um sistema organizativo que impõe ao aluno a passiva condição de receber o conteúdo e transferi-lo a um pedaço de papel. A esse modelo de educação que é sustentado atualmente, em que o professor educa e o aluno é educado, denomina-se Educação Bancária, conforme Paulo Freire, na obra *Pedagogia do Oprimido* (1970).

Nessa concepção de Educação Bancária, o educando se limita a receber passivamente depósitos de conteúdo para, posteriormente, guardá-los e arquivá-los. Na falta de credibilidade e do espaço à práxis do sujeito, o pensamento crítico é colocado em xeque, assim como a qualidade do ensino. Mantêm-se assim, as estruturas de opressão já presentes na sociedade. Enquanto Freire (1970) critica o modelo educacional, cujo foco é o depósito de conteúdo nos educandos, em detrimento do estímulo ao pensamento crítico, Silva (2003), com base em sua vivência, critica a criação de regras e projetos fora da escola que são aplicados sem a consulta aos professores. Essas decisões e práticas autoritárias tomadas por pessoas que se colocam na posição de possuidoras do saber são fruto de uma herança histórica da sociedade brasileira. Também se percebe os mesmos princípios autoritários nas trocas de gestão, em que as pessoas se valem dessas mudanças para implementar novos planos e projetos sem considerar a dinâmica da escola atual ou verificar a efetividade de projetos anteriores.

Em relação à gestão de recursos financeiros, Silva (2003) avalia as relações entre o projeto político do Banco Mundial para a educação básica e o projeto político-pedagógico da escola pública. O objetivo do Banco Mundial seria, inicialmente, o de auxiliar o Ministério de Educação (MEC) nas esferas econômica e social, entretanto, para que os empréstimos fossem liberados, eram requisitadas algumas condições que visassem o interesse econômico do banco. A autora conclui que o foco estaria no resultado dos alunos e não no processo de aprendizagem, mostra ainda a semelhança da escola com o mercado e o esquecimento do projeto político-

pedagógico. Silva (2003) sugere recuperar a discussão do projeto político-pedagógico, apresentar os malefícios do financiamento e demonstrar a importância da participação da comunidade escolar na tomada de decisões, contrapondo as decisões impostas pelo Banco Mundial.

Diante de todo esse processo desestabilizador da educação, Mundim Neto (2017) investiga a crise educacional sob a perspectiva de um discurso humanista em detrimento de sua realização e problematiza a crise educativa. Nela, a autora apresenta sua pesquisa realizada com dois grupos de alunos do ensino médio em que investigou, por meio de entrevistas semiestruturadas, a ideologização, prescrição e a doutrinação desse discurso em três momentos: antes das avaliações, após as avaliações e antes da entrega dos resultados.

A autora avalia, com base nos resultados, que o discurso humanista pode ser configurado como anti-humanista, pois ele é apresentado de forma oposta ao planejado, em ideias e ações totalitárias. Ela faz uma reflexão sobre o ensino escolar, que nos ensina a viver uma vida falseada porque nos impõe um único “horizonte vital” – visão totalitária, em que a integridade da pessoa (individualidade, forma e personalidade) é desprezada. Além disso, é importante trazer um questionamento sobre os riscos que o discurso anti-humanista pode provocar não só aos estudantes, mas aos funcionários da educação. O discurso para o professor é o da negação de sua função profissional e sua acomodação. Mundim Neto (2017) afirma que o educador pode realizar projetos autônomos, desde que assuma os riscos de seu posicionamento, e é preciso ter em conta que, muitas vezes, os educadores enfrentam crises internas para esquivar-se de possíveis conflitos. O alerta sobre o futuro desse modelo, na responsabilidade a que se destina, é que algumas medidas educativas com base no discurso anti-humanista, como o totalitarismo, estão se firmando de maneira concreta mas falseada pelo discurso humanista, com foco em um homem alienado e tudo o que o permeia. Cada uma das três obras apresentadas faz uma crítica a algum aspecto do sistema educacional brasileiro.

É possível afirmar que a educação brasileira é problemática e que o modelo que ela segue tem se mostrado insustentável. Dessa forma, faz-se necessária a reflexão quanto à adoção de práticas educacionais alternativas à vigente, práticas essas que estimulem o pensamento reflexivo acerca dos conteúdos, o fomento à pluralidade de ideias e a liberdade de escolha de áreas de interesse pelos educandos. A prática educacional é em si o agente de uma exclusão específica que transforma a experiência dos alunos e abre uma crise de sentido nos estudos, às vezes até da legitimidade da instituição escolar. Os estudos a respeito do processo de escolarização nos convidam a convidar, um século após a formação da escola republicana, a nos interrogarmos sobre as finalidades da educação. Com efeito, a exclusão escolar é o resultado

"normal" da extensão de uma escola democrática de massa que afirma ao mesmo tempo a igualdade dos indivíduos e a desigualdade de seus desempenhos. Nesse sentido, a escola integra mais e exclui mais que antes, apesar de seus princípios e de suas ideologias, e funciona cada vez mais como o mercado, que é, em sua própria lógica, o princípio básico da integração e da exclusão.

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

MUNDIM NETO, J. F. **A Crise da Educação Contemporânea e a Escola: O que Paira sobre o Chão que Pisamos?** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Brasília. Brasília. 2017.

SILVA, M. A. Do Projeto Político do Banco Mundial ao Projeto Político-Pedagógico da Escola Pública Brasileira. **Caderno Cedes**, Campinas, 2003.